

## A FUNÇÃO EDITOR DE LIVROS ESCOLARES

**Aníbal Bragança**

Instituto de Arte e Comunicação Social - Universidade Federal Fluminense

### **Resumo:**

A comunicação apresenta um breve histórico da emergência do livro no processo de ensino-aprendizagem, e das condições sociais que permitiram a instauração, no século XIX, da função editor de livros escolares na Europa e no Brasil, além de abordar de forma sintética a estrutura e a dinâmica do trabalho desse tipo de editor em nossa sociedade.

### **Palavras-chave: editor – livros escolares – história do livro.**

Durante milhares de anos as comunidades humanas transmitiram seus conhecimentos às novas gerações através do exemplo e da imitação, do aprendizado prático junto aos mais velhos. Os saberes requeridos eram aqueles necessários à vida cotidiana: caçar, pescar, coletar os frutos maduros, abrigar-se e defender-se de intempéries ou de inimigos animais ou humanos. Tanto quanto, desde o começo o homem teve de defrontar-se também com forças que não podia controlar, numa natureza que o condicionava e impunha limites. Acima de tudo havia o milagre da vida e a surpresa da morte. Haveria algo inatingível, antes e depois da existência. E ainda o sonho.

O homem foi criando sua cosmovisão, suas explicações do inexplicável, do invisível, do que estava longe no tempo e no espaço. Ao sepultar seu primeiro filho, ou pai ou mãe, o homem começou a criar um espaço de culto ao passado. Surgiram os cemitérios e a memória. Criaram-se os mitos de origem, as lendas de seus heróis, as sagas de sua grei.

Tudo isso também era ensinado pelos mais velhos aos mais novos, antes da despedida: como lidar com a morte, com a doença e com as forças destruidoras.

Os saberes do velho guerreiro, dos *griots*, dos aedos, eram transmitidos ao redor do fogo onde todos aprendiam a história de seus ancestrais. As magias de curandeiro eram ensinadas pelo feiticeiro ao escolhido, que assim ficava encarregado dos cuidados com a saúde de todos. E de transformar a morte em passagem.

A escrita não surgiu para o ensino, pois para isso era dispensável. Ela nasceu depois que se delimitaram fronteiras, estabeleceram-se aldeias, passou a cultivar-se o solo e a criar animais junto às moradias. Faziam-se as provisões para os tempos da escassez e para as novas sementeiras. Então começou a ser necessário ter estoques, controles, marcas de propriedade. Nasceu a escrita.

Quando a escrita passou a fazer parte da formação dos sacerdotes e dos escribas, surgiu algo novo, começou a ser necessário aprender algo que não era prático, nem útil para a vida cotidiana, mas que preparava para depois, para o exercício futuro de trabalhos em novos postos nos templos e nos palácios, junto aos reis e aos deuses. Começara a ser necessário editar leis, inaugurar inscrições que narravam as vitórias sobre os inimigos e fazer os necrológios para encomendar as almas, que seriam lidos pelos deuses de além túmulo. Algumas histórias contadas também começaram a ser escritas.

Na Mesopotâmia chamava-se *edubba* a escola dos escribas. Já ali, no quarto milênio antes de Cristo, os mestres começaram a inscrever com sua cunha nas plaquinhas ou tabletes de argila os compêndios de suas lições.

Muitas cartilhas com essas listas ocupavam-se do mundo natural, dando o nome de centenas de animais selvagens ou domésticos, árvores e plantas, pedras e estrelas e partes do corpo humano. Segundo Kramer, arqueólogo e professor da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, havia também cartilhas com nomes de lugares, rios e acidentes geográficos, cidades e vilas. Outras, com as listas das palavras que identificavam artefatos, objetos etc.

Mais próximo de nós, já após a conquista do alfabeto, os sofistas iniciaram em Atenas o uso do livro como auxiliar do ensino. Escreveram livros com as matérias que ministravam e recomendavam a leitura aos seus alunos, no século V a.C.<sup>1</sup>

Os *stationarii* das universidades medievais, autorizados pelos reitores a instalarem suas livrarias em seus espaços, já no século XIII, foram obrigados a criar o sistema da *pecia* para agilizar a reprodução mais fiel dos compêndios dos mestres, necessários para as aulas. Certamente esta maior demanda por fidelidade e cópias foi uma das razões que mobilizaram a busca de uma nova forma de fazer livros.

Finalmente, com a tipografia criada por Gutenberg ela viria a se constituir, no século XV, para revolucionar uma prática já de livros manuscritos, com mais de 4.000 anos, transformando-se numa das mais influentes invenções do gênio humano.

A cultura letrada exige livros para a transmissão do aprendizado. Na falta de livros específicos para o ensino, antes até da aprendizagem na escola, se podem usar quaisquer textos manuscritos ou impressos para se ensinar a ler. A *Bíblia* foi certamente o livro mais usado no Ocidente, até ao início do século XVIII, para o aprendizado da leitura, assim como outros livros religiosos em geral, em casa ou nas aulas dos mestres de escrever e contar.

Na França, em áreas católicas, no século XVII, os primeiros livros didáticos eram catecismos em latim, onde as crianças aprendiam a ler para recitar e participar dos ofícios religiosos, em geral sem nada entender do que liam. Como afirma Roberto Darnton,<sup>1</sup> “as cartilhas mais comuns do Antigo Regime – livros de alfabetização como a *Croix de Jésus* e a *Croix de par Dieu* – começavam como os manuais modernos, com o alfabeto”.

No início do século XVIII, ainda segundo Darnton, os *Frères des Écoles Chrétiennes* começaram a apresentar o mesmo texto a vários alunos e a ensinar-lhes como um grupo – primeiro passo para a instrução padronizada, que iria se tornar a regra cem anos mais tarde.

Ao mesmo tempo, alguns preceptores nas famílias aristocráticas começaram a ensinar a ler diretamente em francês. Só em 1789, esta experiência foi adotada por algumas escolas primárias francesas progressistas. As crianças continuavam a aprender a ler, de pé, diante do professor, “recitando passagens de qualquer que fosse o texto em que conseguissem pôr as mãos, enquanto seus colegas lutavam com uma coleção heterogênea de livretos nos bancos de trás”.<sup>1</sup>

Alguns desses livretos usados na aprendizagem da leitura nessas escolas eram volumes da popular *bibliothèque bleue* – uma espécie de literatura de cordel – que faziam parte certamente do acervo da comunidade. À noite, após o trabalho, à luz de velas ou em volta da fogueira, esses mesmos livrinhos eram lidos em voz alta numa roda de entretenimento, onde todos, inclusive os analfabetos, compartilhavam dos produtos da cultura impressa, criados, a partir de textos já conhecidos – da cultura oral ou erudita –, pelos editores interessados em expandir o mercado do livro e da leitura.

Essa expansão da alfabetização popular, que iria consolidar-se até ao final do século XVIII, não progrediu sem algumas resistências. Na Inglaterra, um dos países onde mais avançou, são registrados, nesse século, aumento de “objeções utilitaristas e mercantilistas à alfabetização das classes mais desfavorecidas”. Ian Watt cita “a habitual franqueza” de Bernard Mandeville que, no *Essay on charity and charity schools* (Ensaio sobre a caridade e as escolas de caridade), de 1723, propugnou:

Ler, escrever, contar são (...) muito perniciosos aos pobres (...) Homens que devem permanecer e terminar seus dias numa quadra da vida árdua, fatigante e dolorosa, quanto antes se instalarem nela, tanto mais pacientemente a suportarão.

Watt assegura que “essa era a opinião de muitos, não só empregadores e economistas, como vários pobres, na cidade e no campo”.<sup>1</sup>

Deve dizer-se que um século depois, no Brasil, quando tardiamente se inicia, após a Independência, a tomada de medidas do poder público para a ampliação das restritas possibilidades de acesso à alfabetização, o visconde de Cayru, ao lançar “uma das primeiras obras didáticas brasileiras”, o livro *Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraída da Sagrada Escritura para uso da mocidade*, em 1827, na introdução adverte para “o perigo que poderia haver ao se difundir ‘as luzes’ para as classes inferiores”. E usa como argumento princípios semelhantes aos apresentados por Mandeville, mas acrescentando os riscos da sedição:

as pessoas necessárias aos trabalhos mecânicos, adquirindo conhecimentos superficiais, se desgostam da sua laboriosa condição, e aspirando à mudança de estado, são facilmente seduzidas para Revoluções por insidiosos demagogos.<sup>1</sup>

Após a Revolução Francesa, a temível (para a aristocracia) ideologia das luzes finalmente, com a burguesia, instalara-se no poder, certa do quanto devia o seu êxito à tipografia, aos editores, aos livreiros e aos livros, sem os quais o pensamento dos filósofos iluministas jamais ultrapassaria as fronteiras de seus pares. Mais que isso, a nova mentalidade individualista, racionalista e urbana, que solapou os fundamentos do Antigo Regime, era já uma expressão das mudanças provocadas pelo livro impresso.

Sendo tributária do livro, instalou-o honrosamente em seu panteão, e expressou isso nos fundamentos da nova ordem política ao associar a conquista da cidadania à alfabetização. A partir daí o movimento de alfabetização tornou-se uma responsabilidade do Estado. Na França, em 1833, é aprovada a lei de François Guizot, que obrigava todas as cidades do país a manter escolas primárias, pretendendo assim a homogeneização da sociedade francesa, eliminando os

desequilíbrios existentes, como o atraso das meninas em relação aos meninos e das populações rurais em relação às das cidades.<sup>1</sup>

O vínculo da alfabetização à conquista da cidadania, passou a fundamentar até muito recentemente todos os esforços no sentido de eliminar o analfabetismo. Criou-se mesmo no século XVIII – e perdurou pelos séculos seguintes – o que Michel de Certeau chamou de o “mito da Educação”, isto é, a crença de que “o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda a nação”.<sup>1</sup>

Este mito da Educação, ainda segundo Certeau, “inscreveu uma teoria do consumo nas estruturas da política cultural”. As novas políticas educacionais francesas levaram os poderes públicos, governos e prefeituras a se comprometer com grandes despesas em educação. Segundo Mollier, isso fica exposto num decreto de janeiro de 1890, que determina que “toda criança escolarizada deveria possuir seis manuais escolares para acompanhar sua escolarização: preparatória dos 6 aos 8 anos, elementar dos 8 aos 10 anos, média dos 10 aos 12 anos”. Segundo esse historiador, esse decreto é fundamental para compreender as transformações que a França vivenciava no período: “pela primeira vez, todo jovem com menos de 13 anos passava a partilhar uma longa convivência com o texto impresso, com livros comprados pelas famílias ou doados pelos governos locais”.<sup>1</sup> Para Mollier, achava-se em curso na França, “uma revolução cultural silenciosa no final do século XIX”.

Essa revolução era uma extensão do que na realidade tinha seus fundamentos baseados na grande transformação que se operava na sociedade européia ocidental desde que a tipografia de Gutenberg, a partir do Renascimento, havia começado a instilar nos corações e mentes uma revolução interior e exterior, com a afirmação da subjetividade, do individualismo, da fabricação em série, do preço único, da linha de montagem, da produção voltada para o consumo, em que a escrita, espalhando possibilidades de conhecimentos livres – apesar dos fortes aparatos montados para cerceá-la, inúteis – tinha feito romper laços de submissão e dependência aos poderes da tradição, na política e na aldeia, aberto novos horizontes à reflexão, impondo uma perspectiva linear e lógica de investigação, criando as bases para o cientificismo e o racionalismo, com o conseqüente combate às trevas da ignorância, do misticismo, da “incultura”, criara a “filosofia das luzes”, com a crença no poder da razão, a confiança no progresso da vida econômica e da ciência, instauraria o mundo moderno. Pelo menos, na Europa.

A expansão do mercado fez dos *redatores* de manuais escolares “professores primários nacionais”.<sup>1</sup> A maioria desses livros difundia uma moral consensual “baseada no amor à pátria, no culto ao progresso, na defesa dos valores tradicionais, no gosto pelo trabalho, no sucesso por méritos individuais, na noção de poupança, na condenação da preguiça e da ociosidade etc.”.<sup>1</sup> Esse consenso contribuiria para o êxito dos livros e, segundo Mollier, para, em conjunto com outros produtos da cultura impressa, constituir a formação precoce de uma sociedade de massa, uniformizando e homogeneizando as diferentes culturas e realidades sociais no país, ao mesmo tempo que fortalecia o sentimento nacional.

Na história do livro, o editor de livros escolares é, em geral, colocado à parte, assim como o de livros técnico-científicos e o de livros populares. Muitas vezes é tratado como sendo “diferente”, quase de outra área, e visto com um misto de desdém e inveja por editores literários ou de brochuras em geral. Na realidade, a edição do livro escolar apresenta algumas questões que lhe são específicas no processo editorial.

Historicamente, o editor escolar só pôde surgir quando o poder público assumiu a responsabilidade pelo ensino elementar, criando um sistema escolar público. Paralelamente, impôs ou estimulou que cada aluno deveria ter acesso a livros, para seu uso individual, além de chamar a si a decisão sobre quais livros poderiam ou não ser adotados na escola, através das instâncias burocráticas que criara para estabelecer currículos e programas de conteúdo para as matérias, que deveriam ser obedecidas pelo magistério e as escolas.

Isso ocorreu após a Revolução Francesa, em geral no século XIX, embora em momentos e ritmos diferentes de acordo com os países. Mas sempre inserido em movimentos de afirmação da unidade nacional, de busca de homogeneização e uniformidade cultural, e de uma imposição de modelos de civismo e culto à ordem instituída.

Ocorreu também quando o poder central passou a ter interesse político, social, econômico e cultural de intervir na formação educacional da criança. Já haviam sido criadas faculdades e universidades, procurando oferecer condições para a formação de uma elite intelectual, em geral egressa das classes dominantes, e ainda o ensino elementar era confiado à iniciativa da igreja, ou, nas famílias mais favorecidas, aos próprios pais ou a preceptores, ou mesmo a professores avulsos que ofereciam esse tipo de serviços, às vezes na casa dos alunos, outras em sua própria casa.

Com exceção de alguns países europeus, especialmente nas áreas reformadas, as crianças das classes laboriosas, especialmente no campo, acompanhavam os pais nas tarefas de seu cotidiano e não tinham acesso às letras. O mesmo ocorria na cidade, onde muitas crianças também foram chamadas a trabalhar nas manufaturas, contribuindo para um excedente de mão-de-obra adulta. Quando isto não acontecia, ficavam muito tempo ociosas e à mercê do risco de “desencaminhamentos”, que, às vezes, era difícil à família evitar.

No Brasil, onde a Constituição outorgada, de 1823, já garantia “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”,<sup>1</sup> as reiteradas e renovadas disposições legais jamais conseguiram fazer com que o poder público se dispusesse efetivamente a pagar os custos da manutenção de um sistema de escolarização universal. Assim, também foi lento e tardio o desenvolvimento da sua indústria livreira. Entretanto, a primeira grande livraria-editora brasileira, a Alves, posteriormente, Francisco Alves, deveu seu grande desenvolvimento à edição do livro escolar.

É nessa área do setor editorial onde mais cedo se manifesta a exigência de uma produção autóctone, ao menos nos conteúdos. Embora a carência de livros tenha feito com que o Brasil importasse, especialmente da França e Portugal, os seus primeiros compêndios e cartilhas, tornou-se logo evidente a exigência de nacionalização desses livros, especialmente os do ensino elementar.

Assim, os primeiros manuais escritos por professores brasileiros foram sendo impressos e editados esparsamente por tipografias e livrarias-editoras, até que, no final do século XIX, Francisco Alves já havia conseguido concentrar em sua empresa a responsabilidade de editar grande parte dos livros adotados nas escolas brasileiras.

O trabalho do editor escolar é, portanto, condicionado externamente por regulamentos e diretrizes que estabelecem como devem ser feitos compêndios, manuais e cartilhas. A criatividade editorial deverá exercer-se dentro desses limites.

A atividade, desde o seu começo, atraiu professores ou pedagogos. Alguns deles instalaram livrarias junto a estabelecimentos escolares, nas quais vendiam livros e material escolar, que paulatinamente podiam ir transformando em livrarias-editoras, ou criaram mesmo editoras para lançarem seus livros.

O funcionamento das empresas editoras de livros escolares obedece às mesmas etapas de procedimentos das demais: escolher, fabricar, distribuir, mas com características singulares.

O editor terá sempre como Norte, em suas escolhas, preliminarmente, o atendimento às exigências das autoridades escolares. Dentro desses parâmetros, deve escolher dentre os eventuais originais apresentados aqueles que possam satisfazer aos professores, por onde passa, em maior ou menor nível – de diretores de escola, coordenadores de área até ao professor da sala de aula –, a decisão sobre a adoção e a recomendação do consumo ou não da obra pelos alunos. E, finalmente, deve fazer livros que agradem também aos alunos – e a seus pais – já que seu *feedback* pode ser decisivo para reverter a decisão ou confirmá-la nos anos seguintes.

Mais do que escolhas entre originais propostos, o que ocorre, com mais frequência que em outros ramos da atividade editorial, é que parte do editor escolar a iniciativa da criação de livros ou séries de livros didáticos.

A partir da percepção – devida a cuidadosa pesquisa ou, quem sabe, ao faro do editor – de um assunto ou disciplina como tendo uma brecha para a colocação de um novo produto, inicia-se um processo, onde as escolhas, ao invés de selecionar originais, buscam encontrar os autores, ilustradores e demais profissionais necessários à boa elaboração e realização de um projeto editorial.

Ao editor de livros escolares se exige, segundo o professor americano Smith, Jr., mais do que a qualquer outro, uma capacidade de liderança para “organizar e coordenar o trabalho de vários parceiros”, onde seus talentos como “diplomata, educador e homem de negócios são todos requeridos”.<sup>1</sup>

Adverte que “se o editor não tem uma experiência educacional, precisa ter um editor-chefe ou algum outro membro da equipe em posição de destaque e dotado, realmente, de plena autoridade para tomar as decisões relativas aos aspectos educativos dos livros”, pois, além de conhecer a atualidade da orientação das autoridades, precisa estar atento às “tendências nas idéias, mudanças de currículo que estão sendo planejadas, novos métodos de ensino sendo considerados, e assim por diante”, para não investir num projeto que, ao ser concluído já esteja superado por novas orientações pedagógicas ao nível governamental.

No desenvolvimento do processo de elaboração do projeto editorial, além dos conteúdos e das formas de apresentá-los, entregues aos autores contratados, são exigidos da equipe sólidos conhecimentos das possibilidades e limites técnicos de editoração, quer dos processos quer dos materiais a ser empregados na impressão dos exemplares, de forma a se poder explorar todas as possibilidades de inovações gráficas.

Tudo deve ser acompanhado de cálculos precisos de custos e de orçamento final, de olho na viabilidade comercial do projeto, que, em grande parte, vai depender do preço final de cada exemplar. O editor deve decidir entre as alternativas de mais ou menos sofisticação formal, relacionadas com as respectivas referências de custos. Para maior segurança, ainda se poderá fazer uma edição experimental, preliminar, para ser submetida a professores e alunos, para testar a recepção, antes de se fazer a edição definitiva.

Numerosos consultores e assessores são, em geral, envolvidos no trabalho até a conclusão de todas as etapas requeridas pelo projeto inicial, dentre os quais podem estar incluídos “funcionários da inspetoria do ministério de educação, leitores especializados de uma escola de treinamento de professores ou professores atuantes no campo do livro em particular”<sup>1</sup>, cujas opiniões podem ser também levadas em conta.

Ao editor – ou à empresa editora, em suas diferentes diretorias – cabe, além de definir as diretrizes que vão nortear o trabalho, garantir os capitais necessários à sua realização. Desde o momento em que se contrata a equipe de colaboradores até que comece a haver retorno de capital com as vendas efetuadas decorre um longo tempo, às vezes, meses ou anos, durante os quais cabe à empresa sustentar financeiramente todos os gastos necessários.

O tamanho do mercado potencial e a compra – necessidade ou imposição? – que determina o sistema escolar, dão “possibilidades econômicas à editoração de livros didáticos que não são encontradas em nenhum outro ramo de comércio. Mas há também alguns riscos econômicos de desvantagens comerciais maiores do que em outros campos”, afirma um especialista.<sup>1</sup>

Num país como o Brasil, onde o mercado escolar é de grandes dimensões – dentre os maiores do mundo –, uma edição nacional, exige um grande investimento inicial que demorará um bom tempo para começar a dar retorno. Esse setor é ocupado, em grande parte, por empresas com grande poder econômico e estruturas administrativas, técnicas e operacionais complexas e sofisticadas. Envolve profissionais altamente capacitados e especializados, nos seus vários níveis e departamentos.

Uma das editoras mais importantes da área no Brasil, a Ática, mereceu acurado estudo de Sílvia Borelli em meados da década de 1990. Embora sem conseguir ter informações seguras e precisas sobre os capitais exigidos por uma edição, a autora registrou em depoimento de um dos diretores, que “uma coleção didática – quatro livros, por exemplo de 5<sup>a</sup>. a 8<sup>a</sup>. séries – não se faz

por menos de 500.000 dólares”.<sup>1</sup> O depoente, na época diretor da empresa, deixa-nos sem saber a que custos se referia, por exemplo, se esse montante incluiria ou não os da impressão e, em caso afirmativo, em que tiragem, ou se seriam apenas os custos prévios à impressão. Mesmo indeterminados, confirma-se, assim, que o montante de capitais envolvidos no negócio é elevado.

Logo que o livro – unidade ou série – fica pronto, seguindo os procedimentos burocráticos estabelecidos, o editor de livros didáticos submete-o à análise das autoridades do ensino, para conseguir a sua aprovação e recomendação para compra pelo governo, que é, no Brasil, o grande consumidor desse tipo de livros, para posterior distribuição gratuita aos alunos carentes, a maior parcela da população escolar. Eventuais encomendas poderão garantir uma tiragem específica para atender a essa demanda.

Paralelamente, a editora costuma preparar uma tiragem especial para encaminhar a todos os professores que ministram a matéria contemplada na obra, a partir do cadastro já feito anteriormente pelos divulgadores da editora, junto aos colégios, particulares ou públicos, existentes em todo o país. Esse “livro do professor”, de distribuição gratuita e cujas tiragens podem superar 50.000 exemplares,<sup>1</sup> “nada mais [são] do que o livro do aluno com respostas e orientação didático-pedagógica para o professor”.<sup>1</sup>

Existe uma grande competição por “adoções” de livros escolares. Elas são a garantia – aliás a única – de se alcançar êxito com esse empreendimento editorial. Em geral os alunos – ou seus pais – só compram os livros didáticos indicados, portanto, a compra de um exclui a chance de venda de outro.

A vantagem existente neste tipo de mercado é que se pode localizar com segurança um contingente multiplicador do consumo, que são as autoridades escolares e os professores. Cada agente desse universo conquistado pode significar a venda de dezenas ou centenas de exemplares. No caso das autoridades, a decisão de compra pode alcançar centenas de milhares de exemplares.

A competição é acirrada – envolve capitais enormes – e se dá não só pela qualidade das obras, como pelo preço e, certamente, também pelas relações pessoais existentes entre os interessados: autores, editores, professores, donos de escolas, autoridades educacionais, distribuidores etc. A simpatia, a amizade, a capacidade de persuasão, se não conseguem vencer a falta de qualidade do produto ou a inadequação aos programas, certamente facilitam alcançar as recomendações dos livros de boa qualidade, diante das opções similares.

Existe atualmente uma grande concentração empresarial no mercado de livros didáticos, o que leva a que um pequeno número de editoras seja responsável pela produção da quase totalidade dos livros escolares consumidos no país. A comercialização é feita diretamente ou através de representantes das editoras, para o governo, para as escolas e para os professores, restando como um canal intermediário independente ainda significativo as papelarias, que vendem livros e outros materiais escolares sazonalmente.

Os livreiros são em geral alijados pelos editores no processo de comercialização, eliminando-se assim uma das oportunidades mais férteis de criação de novos leitores para outros livros não comprometidos com a obrigação escolar. Esse procedimento, além disso, tem contribuído drasticamente para o enfraquecimento do setor livreiro e para a destruição da rede capilar de distribuição de livros no país, que acaba refletindo-se em graves prejuízos para a própria indústria editorial como um todo.

A concentração empresarial revela-se também em prejuízo cultural, pois as editoras localizadas quase todas numa mesma região do país, São Paulo, reforçam a já existente tendência do livro escolar de levar a uma certa homogeneização cultural, imposta a partir de modelos elaborados no seu centro econômico e político. Essa tendência se manifesta na elaboração de uma proposta – imposição? – feita ao professor de “manipular conhecimento orientado, dirigido e padronizado”<sup>1</sup> pelo trabalho dos editores e seus autores.

O diretor de uma das editoras técnicas mais respeitadas no mundo afirmou que “o ramo mais compensador de qualquer empresa editorial é uma nova seção escolar”,<sup>1</sup> mas é necessário que os livros estejam “lançados”, isto é, aceitos e adotados, pois assim “continuarão a vender-se quase independentemente da maneira por que o negócio é dirigido”. No Brasil, no entanto, com a competição atual entre as grandes empresas, exige-se do editor a cada ano vencer a batalha pelas adoções para continuar no topo.

### **Bibliografia:**

- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira. Ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

- BORELLI, Sílvia Helena Simões. *Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil*. S. Paulo: Educ : Estação Liberdade, 1996.
- BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”, in: Abreu, Márcia, org. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas (SP): Mercado de Letras ; ALB, 2000. Pp. 451-476.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DARNTON, Robert. “História da leitura”, in BURKE, Peter, org. *A escrita da história, novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- ESCOLAR, Hipólito. *Historia del libro*. Madrid (Espanha): Pirâmide/Fund. Germán Sánchez Ruipérez, 1984.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e leitura no Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A formação da leitura no Brasil*. S. Paulo: Ática, 1996.
- MOLLIER, Jean-Yves. “O nascimento da cultura de massa na *Belle Époque*: implantação das estruturas de difusão de massa”, in Margem n°. 8. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais – PUC-SP ; Educ. Dezembro 1998. Pp. 127-138.
- MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1943.
- PEIXOTO, Afranio. *Noções de história da educação*. São Paulo: Nacional, 1942.
- PFROMM NETO, Samuel e outros. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor ; INL/MEC, 1974.
- SMITH, Jr., Datus C. *Guia para editoração de livros*. Trad. de Eliane Tejera Lisboa. Recife: Ed. Univ. Da UFPE ; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1900.
- UNSELD, Siegfried. *O autor e seu editor*. Trad. de Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. de Hildegard Feist. S. Paulo: Cia. das Letras, 1990